



A Lei Anticorrupção Empresarial é uma norma complexa que apresenta dificuldades de interpretação e aplicação. Isso porque são utilizados diversos institutos que possuem caráter inovador em relação ao nosso ordenamento jurídico.

Este livro busca levantar questões que contribuam para aprofundar o debate sobre a aplicação da Lei, sempre partindo de uma perspectiva técnica, e também prática, dos autores, operadores do Controle Externo. Assim, delineia-se o traço distintivo desta obra: buscar os pontos de contato com as atribuições dos tribunais de contas, sem esquecer-se de destacar os possíveis conflitos entre a nova legislação e aquela relacionada ao procedimento de apreciação das contas públicas.

LEI ANTICORRUPÇÃO

(LEI Nº 12.846/2013)

Uma visão do controle externo

BENJAMIN ZYMLER E LAUREANO
CANABARRO DIOS

Autores

Área específica

Direito Administrativo

Áreas afins

Direito Público

Público-alvo

Servidores envolvidos com o processo de apuração de responsabilidade de pessoas jurídicas; advogados públicos e privados; ordenadores de despesa; agentes de controle interno; auditores e servidores dos Tribunais de Contas; membros dos Ministérios Públicos e Juízes; servidores dos órgãos jurídicos.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000847

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):
ZYMLER, Benjamin; DIOS, Laureano Canabarro. *Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013): uma visão do controle externo*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 197p. ISBN 978-85-450-0108-9.

Z991

Zymler, Benjamin
Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013): uma visão do controle externo / Benjamin Zymler, Laureano Canabarro Dios. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 197p.
ISBN 978-85-450-0108-9
1. Direito administrativo. 2. Direito público. I. Dios, Laureano Canabarro. II. Título.

CDD: 341.3
CDU: 342.9

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
-----------------	----

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	19
1.1 Âmbito de aplicação da norma.....	20
a) Aplicabilidade pelos estados, Distrito Federal e municípios.....	20
a.1) Predominantemente nacional.....	20
Normas gerais e competência suplementar.....	21
a.2) Âmbito federal.....	22
a.3) Procedimento de responsabilização judicial e administrativa.....	23
b) Abrangência territorial.....	24
Pessoas jurídicas brasileiras no exterior e administração pública estrangeira.....	25
Administração pública brasileira sediada no exterior.....	25
Administração pública brasileira sediada no Brasil.....	26
Concorrência de jurisdições nacionais.....	26
c) Abrangência temporal.....	27
Aplicação retroativa.....	28
1.2 Regulamentação infralegal.....	29
Limites do poder regulamentar.....	29
Normas infralegais federais e os demais entes da Federação.....	30
1.3 Objeto.....	30
1.3.1 Entidades protegidas pela norma.....	30
a) Administração pública estrangeira.....	31
b) Pessoas jurídicas controladas pelo poder público.....	32
c) Princípios da administração pública e compromissos internacionais.....	32
Princípios da administração pública.....	33
Compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.....	34
1.3.2 Pessoas jurídicas.....	35
a) Sociedades.....	36
Sociedades não personificadas.....	37
Sociedades estrangeiras.....	37
b) Associações.....	38
Associações públicas.....	38
c) Fundações.....	39
d) Entidades constituídas de fato e com existência apenas temporária.....	40
e) Demais pessoas jurídicas de direito privado.....	40
f) Solidariedade.....	41
f.1) Empresas controladoras e controladas.....	42
f.2) Coligadas.....	42
Sentido amplo.....	43

Sentido estrito.....	43
Sociedades filiadas.....	43
Sociedade de simples participação.....	43
f.3) Consórcio.....	44
g) Alteração da configuração jurídica da entidade.....	45
g.1) Transformação e alteração contratual.....	45
g.2) Fusão e incorporação.....	45
g.3) Cisão.....	46
Cisão total.....	47
Cisão parcial.....	47
1.3.3 Pessoas naturais e desconsideração da personalidade jurídica	47
a) Desconsideração da personalidade jurídica.....	47
Procedimento.....	49
Efeitos.....	50
b) Pessoas naturais.....	51
1.3.4 Responsabilidade objetiva.....	52
a) Interesse ou benefício da pessoa jurídica.....	52
b) Responsabilização por ato de terceiro	53
Terceiro como interposta pessoa.....	54
c) Responsabilidade civil.....	54
d) Responsabilidade administrativa.....	56
d.1) Culpa de pessoas jurídicas.....	58
Transferência da conduta das pessoas naturais.....	59
Culpa corporativa.....	60

CAPÍTULO II

ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	63
2.1 Atos lesivos em geral.....	63
a) Vantagem indevida a agente público.....	63
Conceito de agente público.....	64
b) Suporte financeiro ao ilícito.....	65
c) Utilização de interposta pessoa	66
d) Interferência na atuação de agentes públicos.....	67
Agências reguladoras e sistema financeiro nacional.....	68
2.2 Licitações e contratos.....	69
a) Fraude ao caráter competitivo do certame.....	70
b) Afastamento de licitante.....	70
c) Obstáculo à realização de ato de procedimento licitatório.....	71
d) Fraude em licitação ou contrato.....	71
e) Fraude na criação de pessoa jurídica.....	72
f) Obtenção de vantagem indevida em contrato.....	73
g) Manipulação ou fraude do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.....	74
2.3 Reflexos sobre outros processos de responsabilização.....	75
a) Responsabilização penal.....	76
b) Responsabilização administrativa.....	77
Tribunal de Contas da União.....	78

CAPÍTULO III

PENALIDADES APLICÁVEIS.....	81
3.1 Procedimento administrativo.....	81
a) Dosimetria das penas.....	81
a.1) Reprovabilidade da conduta	82
Gravidade da infração.....	82
Vantagem auferida ou pretendida pelo infrator.....	83
Grau de lesão ou perigo de lesão.....	84
Consumação ou não da infração.....	85
Efeito negativo produzido pela infração	85
a.2) Capacidade econômica da empresa.....	86
Situação econômica do infrator.....	86
Valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica	87
a.3) Comprometimento da empresa	88
Boas práticas de gestão.....	88
b) Pena de multa.....	88
Faturamento bruto.....	89
Limites.....	90
Fixação do valor.....	90
Cobrança da multa aplicada.....	90
c) Publicação Extraordinária da Decisão Administrativa	
Sancionadora.....	91
3.2 Procedimento judicial.....	92
a) Perdimento dos bens.....	93
Boa-fé de terceiros.....	94
b) Suspensão ou interdição parcial	94
c) Dissolução compulsória da pessoa jurídica.....	95
d) Proibição de receber vantagem financeira do poder público.....	96
Incentivos.....	96
Subsídios e subvenções.....	97
Empréstimos.....	97
Doações.....	97
3.3 Prescrição.....	98
a) Prazo.....	98
b) Termo inicial.....	99
b.1) Infração de caráter permanente ou continuado.....	99
Caráter permanente.....	99
Infrações continuadas.....	100
b.2) Demais infrações.....	100
b.3) Outras considerações.....	101
c) Interrupção.....	102
Âmbito judicial.....	102
Âmbito administrativo.....	103
d) Ressarcimento.....	104
3.4 Publicidade das sanções aplicadas.....	104
3.4.1 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.....	104
Acordo de leniência.....	105
Exclusão dos registros.....	105

Finalidade.....	106
3.4.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS	106
Exclusão dos registros.....	109
Sobreposição de penas.....	109

CAPÍTULO IV

PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO.....	111
4.1 Responsabilização administrativa.....	111
4.1.1 Autoridade competente.....	112
Omissão da autoridade competente.....	112
a) Competência da Controladoria-Geral da União.....	113
Responsabilidade pelo julgamento.....	114
Condições para a atuação da CGU.....	114
Fiscalização.....	115
Administração pública estrangeira.....	115
4.1.2 Investigação preliminar.....	116
4.1.3 Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).....	116
a) Considerações gerais.....	116
Comissão responsável.....	118
Sigilo.....	118
Prazo.....	120
Contagem dos prazos.....	120
Medida cautelar.....	121
Administração pública estrangeira.....	122
Atos processuais.....	122
a.1) Realização das intimações.....	122
Sociedade estrangeira.....	123
b) Exercício do direito de defesa.....	124
Intimação de abertura do PAR.....	124
Intimação para apresentação de defesa escrita.....	125
Programa de integridade.....	125
Intimação de juntada de provas novas.....	125
Intimação para alegações finais.....	125
c) Produção de provas.....	126
d) Julgamento.....	127
Administração pública estrangeira.....	128
e) Pedido de reconsideração.....	128
f) Normas de licitações e contratos.....	129
f.1) Apuração em conjunto.....	130
Procedimento.....	132
Autoridades competentes.....	132
4.2 Responsabilização judicial.....	133
Ação subsidiária.....	133
a) Rito processual.....	134
b) Medida cautelar.....	135
Objeto da medida cautelar.....	135
Requisitos da medida cautelar.....	135
4.3 Responsabilização por dano ao erário.....	138

Processo administrativo.....	138
Inscrição em dívida ativa.....	139
Processo judicial.....	140

CAPÍTULO V

PROGRAMA DE INTEGRIDADE E ACORDO DE LENIÊNCIA.....	141
5.1 Programa de integridade.....	141
a) Parâmetros de avaliação do programa de integridade.....	142
a.1) Consideração do porte e especificidades da pessoa jurídica.....	143
Microempresas e empresas de pequeno porte.....	144
b) Metodologia de avaliação.....	144
5.2 Acordo de leniência.....	145
a) Considerações gerais.....	145
Interrupção da prescrição	147
Suspensão do PAR.....	148
Autoridade competente.....	148
Caráter sigiloso.....	149
b) Abrangência objetiva.....	149
Demais normas sobre licitações públicas.....	150
b.1) Aplicação retroativa.....	151
c) Abrangência subjetiva.....	152
Grupo econômico de direito.....	152
Grupo econômico de fato	152
5.2.1 Finalidade.....	153
a) Identificação dos demais envolvidos na infração.....	153
b) Obtenção célere de informações.....	154
b.1) Novidade das informações.....	154
Informações submetidas a sigilo.....	155
c) Limites do acordo.....	156
d) Reflexos em outros processos de responsabilização.....	157
Utilização das informações em outros processos.....	159
5.2.2 Requisitos.....	159
a) Manifestação de interesse.....	160
Colaboração referente a outros ilícitos ainda não objeto de apuração.....	162
b) Interrupção da prática da atividade ilícita, admissão da autoria e colaboração processual.....	162
5.2.3 Efeitos do acordo de leniência.....	163
a) Amenização das sanções aplicáveis.....	163
Sanções sujeitas à avaliação discricionária.....	164
Pena de multa.....	164
Sanções aplicáveis mediante procedimento judicial.....	165
b) Ressarcimento do dano.....	166
c) Descumprimento do acordo firmado.....	167
5.2.4 Elaboração do acordo.....	168
a) Proposta.....	168
b) Negociação.....	169
Memorando de entendimentos.....	169

Rejeição ou desistência do acordo.....	169
Prazo.....	169
c) Conclusão do acordo.....	170
Cláusulas	170
Acompanhamento.....	170
d) Fiscalização pelo Tribunal de Contas da União.....	171
 CONCLUSÃO.....	 173
REFERÊNCIAS.....	177
 ANEXOS.....	 179
ANEXO A LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.....	181
 CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	 181
CAPÍTULO II DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA.....	181
CAPÍTULO III DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	182
CAPÍTULO IV DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO.....	183
CAPÍTULO V DO ACORDO DE LENIÊNCIA.....	184
CAPÍTULO VI DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL.....	185
CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS.....	185
ANEXO B DECRETO Nº 8.420, DE 18 DE MARÇO DE 2015.....	187
CAPÍTULO I DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	187
CAPÍTULO II DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOS ENCAMINHAMENTOS JUDICIAIS.....	190
 Seção I Disposições gerais.....	 190
Seção II Da Multa.....	190
Seção III Da Publicação Extraordinária da Decisão Administrativa Sancionadora.....	192
Seção IV Da Cobrança da Multa Aplicada.....	192
Seção V Dos Encaminhamentos Judiciais.....	192
 CAPÍTULO III DO ACORDO DE LENIÊNCIA.....	 192
CAPÍTULO IV DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE.....	194
CAPÍTULO V DO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS E DO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS.....	196
CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS.....	197